

no sistema de proteção social'



Fotos: Antoninho Perri

tu docentes, pesquisadores, sindicalistas e representantes do governo

1988 ao garantir ao conjunto dos trabalhadores rurais o valor da aposentadoria de um salário mínimo e de vincular o salário mínimo à LOAS. Esta não foi uma decisão de nenhum governo da década de 90. Ele simplesmente foi implementado pela aprovação da Constituição de 1988.

Esse é um dado objetivo que mostra a importância do chamado salário mínimo na distribuição de renda desse país. O que foi feito na década de 90 foi a implementação desse princípio constitucional e a busca de recursos para financiar a seguridade. Também foram previstas, na Constituição, o Cofins e a CPMF, todas as chamadas contribuições sociais, introduzidas na década de 90, o que fez aumentar enormemente muito a capacidade de arrecadação do governo federal, para financiar a Previdência Social. Parte desses recursos hoje não é destinada à Previdência, mas sim para garantir o superávit primário e o pagamento da dívida. Ai está a distorção.

Lena Lavinas – Antes, as mulheres recebiam 50% do salário mínimo; o Funrural era 50% do salário mínimo. A maior injeção de renda que houve nesse país, que permite que muitos velhinhos hoje mantenham famílias, foi justamente a conquista de 1988. O salário mínimo que fez subir o patamar mínimo, que fez subir o Funrural, e equiparou a renda entre homens e mulheres. Isto é muito importante. O fato de a mu-

lher ter a garantia do salário mínimo nacional é fundamental: 51% de todas as aposentadorias são pagas às mulheres. O mínimo é, portanto, um parâmetro muito importante que permitiu que se reduzissem as desigualdades entre homens e mulheres

Paulo Baltar – Nós temos uma distribuição muito dispersa, desigual. E isso tem se observado em países com uma homogeneidade muito maior que a nossa e até em alguns países desenvolvidos. O mercado de trabalho tem provocado um aumento de diferenças de remuneração que tem forçado a se discutir nesses países, como a Inglaterra, de se ter um tipo de regulador. Agora, com o nosso grau de heterogeneidade, não podemos jamais abrir mão de uma política distributiva. Não estou dizendo que seja simplesmente decretar o valor do salário mínimo. Você parte de toda uma política de voltar o país a crescer e de um modo mais igualitário e de permitir uma vida melhor para todos os brasileiros. Nesse contexto, o salário mínimo é fundamental.

Num mercado de trabalho marcado pela informalidade e pela falta de oferta de vagas, qual a importância da reposição do valor de compra do mínimo? A medida geraria mais empregos?

Cláudio Dedecca – Foi vendida a idéia de que o desemprego é algo inevitável, de que o crescimento será baixo. A tal ponto que Fernando Henrique, apesar de toda a sua cultura, cunhou o termo “inimpreáveis”. O debate sobre salário mínimo é indissociável da volta do crescimento do país e da geração de empregos. Debater o salário mínimo é necessariamente discutir o crescimento do país, é debater a geração de empregos. Porque a base do salário mínimo é o aumento de renda da população, mas trata-se de um aumento de renda para gastos que está associado à atividade econômica, às necessidades básicas da sociedade e portanto tem que discutir a volta do crescimento. Não é à toa que no governo atual há uma forte resistência da área econômica para discutir o salário mínimo. Sabe-se que debater uma política de elevação do mínimo é debater uma política mais consistente de volta do crescimento, com redução da desigualdade, com melhora da geração de empregos. Esses últimos governos não querem discutir o assunto, está fora da centralidade do debate político nacional. Esse é um ponto fundamental.

Paulo Baltar – Na discussão da informalidade, o problema na verdade é a ilegalidade. É você ter um contrato de trabalho que foge ao especificado na legislação trabalhista do país. Se observarmos a proporção dos empregos celetistas e estatutários no Brasil, deve estar por volta de 45%. Esse aumento reflete no empregado sem carteira e no trabalho por conta própria. Alguns trabalhos por conta própria proliferaram nos últimos 15 anos, com cooperativas, consultorias. A informalidade/ilegalidade não quer dizer, necessariamente, baixa remuneração. Ela perpassou todo o espectro de trabalhos. Você tem hoje muitos engenheiros que trabalham em sistema de cooperativa, não têm contrato de trabalho assinado.

Nota-se também o contrário. Por exemplo, nos trabalhos de subcontratação, de terceirização, de limpeza, de segurança, para grandes organizações, têm aumentado a formalidade por exigência do contratante. Porque se houver algum problema, ele não tiver um vínculo estabelecido, o problema recai naquele que contratou o serviço. Se por um lado se nota informalização entre as remunerações mais altas, por outro, nos mais baixos, tem se notado um movimento na direção oposta, de formalização. Por isso, a discussão do salário mínimo e da formalização/informalização tem que levar em conta esse ponto.

Existe uma tendência geral à informalidade, que perpassa as baixas remunerações e pega todo o espectro do trabalho e deve ser enfrentada em prol da civilidade das relações entre os brasileiros. Outra coisa é a questão do mínimo e do efeito do mínimo que possa provocar em termos dessa formalidade/informalidade. Houve, na década de 90, uma queda do emprego na grande empresa muito forte e um aumento do emprego na pequena empresa e do trabalho autônomo. E, dentro da pequena empresa, aumentou o grau de informalidade nas relações de trabalho. Então, por trás desse problema da formalidade/informalidade está o tamanho da empresa e as condições de operação desses empregadores, além do aumento que houve de prestação de serviço às famílias, às pessoas e do trabalho

doméstico em particular, que reverendo tendências que já vinham desde a década de 40, de redução do peso do emprego doméstico remunerado no total da força de trabalho urbana, voltou a crescer nos anos 90.

São várias coisas que precisam ser feitas para tentar melhorar a situação do trabalho. Assim como se tem que cuidar da cesta básica, é preciso vigiar a formalização das relações de trabalho. Fazem parte dessa agenda por uma situação social mais adequada para esse país, à qual requer uma resposta da economia que seja compatível com essa melhora. Resposta no sentido de possibilitar os bens que são necessários para elevar o padrão de vida de todas essas pessoas, para dar condições para aqueles que não possam trabalhar tenham um nível de vida mais digno e que permita o desenvolvimento pessoal e profissional. Tudo isso requer uma agenda a ser implementada pelo poder público ao nível da produção e da regulação do mercado.

Lena Lavinas – A atividade que mais cresceu nos anos 90 foi a do emprego doméstico remunerado. E mais o grave é que nós sabemos que houve uma reversão do hiato educacional entre homens e mulheres, que hoje são globalmente mais formadas que os homens. Então, há um contra-senso: as pessoas são mais formadas e onde mais cresce a participação das mulheres no mercado de trabalho é no que há de menos qualificado, que é o emprego doméstico remunerado.

Cláudio Dedecca – Nos anos 90, se abandonou o papel do Estado de vigia da formalidade, muito embora nem sempre isso tenha funcionado no país. Isto permitiu que se corresse um grau de formalidade que já era frágil. Quando o governo abre mão da formalidade no mercado de trabalho, não há dúvida – a informalidade vai campear largamente, como acontece hoje nos Estados Unidos.

José Dari Krein – Há um estudo que mostra que, mesmo na ilegalidade, a referência da remuneração é o salário mínimo. O empregador concede inclusive alguns direitos trabalhistas – férias, 13º etc – só que sonega todas as contribuições vinculadas à folha de pagamento, que são fontes de financiamento de políticas públicas. A segunda questão é que, na década de 90, falou-se muito que a excessiva rigidez da legislação trabalhista explicava a questão da informalidade. Apostou-se, inclusive, em contratos mais flexíveis, em baratear e facilitar o processo de admissão. O resultado não foi o esperado. Pelo contrário, sinalizou para o conjunto da sociedade que o Estado não queria mais lidar com esse ônus. Todas as experiências recentes mostram que o grau de flexibilidade não tem nada a ver nem com o nível de emprego nem como o nível de informalidade. A questão fundamental é a seguinte: que tipo de sociedade e de mercado de trabalho se quer construir? Um papel mais ativo do salário mínimo significa dar um grau de civilidade maior ao mercado de trabalho, garantindo ao elo mais frágil dessa relação, que é o trabalhador, uma condição de sobrevivência mais digna. A defesa da proteção social, com a elevação do mínimo, tem a ver com uma questão política. Que tipo de país queremos construir? É isso que precisava ser sinalizado com mais intensidade na nossa história recente.



Cláudio Dedecca: “Na briga por emprego, a estrutura salarial foi desvalorizada como um todo”



Paulo Baltar: “Com o nosso grau de heterogeneidade, não podemos jamais abrir mão de uma política distributiva”



Lena Lavinas: “Estamos aprendendo a conviver com esse nível mínimo de sobrevivência”



José Dari Krein: “É preciso garantir ao trabalhador uma condição de sobrevivência mais digna”



Tarcísio de Araújo: “É preciso pôr o salário mínimo numa cesta mais ampla”